

6 e 7 Especial

SOS INVESTIGAÇÃO PENAL

3 Jurídico

Condições especiais de trabalho é direito, não favor!

4 Giro Estadual

Sem paz! PEC 66/2023 vira novo risco à Previdência dos servidores

11 Eleições Assemperj | Sindsemp-RJ

Eleição define gestão para o triênio 2025/2027



EDITORIAL

Na segunda edição do Jornal do Servidor, entramos de cabeça no segundo semestre de 2024, que tem agendas importantes: eleição para definição da nova Diretoria Executiva da Assemperj e do Sindsemp-RJ; votação do PLP 121/24, que poderá superar o atual Regime de Recuperação Fiscal; a eleição para formação da lista tríplice para PGJ, momento sempre importante para destacarmos nossas pautas aos candidatos.

Nesta edição, também aproveitamos para ampliar o jornal com novas editorias, como a AssédioNÃO, que tratará, a cada edição, de um novo assunto relacionado a assédio moral, sexual e discriminação. Também incluímos a editoria Conquistamos, na qual vamos apresentar, com mais detalhes, pautas vitoriosas. E, por fim, o Giro Institucional, que abordará projetos e temas institucionais do MPRJ que impactam a vida funcional do servidor.

Para chamar a atenção da categoria para a situação crítica de sobretaxa vivida por servidores que atuam na área de investigação, estamos lançando a campanha SOS Investigação Penal!, que envolve servidores dos Núcleos de Investigação Penal (NIPs), Promotorias Criminais genéricas e de juízo único, todos na luta por melhores condições de trabalho na atribuição.

Complementam o jornal matérias exclusivas sobre o direito às condições especiais de trabalho; o aniversário de um ano de publicação da resolução da Política Nacional de Saúde Mental no MP brasileiro; nossa colega Joyce Portugal representando o país no Mundial de Canoagem no Servidor em Foco e muito mais.

Aproveitem a leitura!

Vinicius Zanata, presidente da Assemperj | Sindsemp-RJ



Vinicius Zanata
Presidente da
Assemperj |
Sindsemp-RJ



ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria:

Vinicius Zanata - presidente
Juliana Vargas - vice-presidente
Flávio Sueth - diretor-geral
Bruno Molina - diretor adjunto
Ryan Saad de Simas - diretor adjunto
Uélinton Gomes de Souza - diretor adjunto

Texto: Eduardo Sá (MTB: JP 33266RJ) e Vinicius Zanata

Edição: Mobiliza Comunicação - Isis Torres Munhoz (MTB: 0080672/SP)

Diagramação: Mobiliza Comunicação - Gabriela Prado

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Presidente Antônio Carlos, 607/12º andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ

Jurídico

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO É DIREITO, NÃO FAVOR!

Discriminação no ambiente de trabalho deve ser denunciada como violência laboral

O direito às condições especiais de trabalho é uma conquista recente dos servidores de Ministérios Públicos em todo Brasil. Instituído pela Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 237/20, em favor de servidores com deficiência (PcD) ou doença grave, bem como o servidor responsável legal por dependente nas mesmas condições, o benefício tem sido concedido no Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) desde de 2022, após instalação de comissão para avaliação dos requerimentos.

Não obstante o avanço normativo, a assessoria jurídica vem trabalhando reclamações em relação ao tratamento discriminatório que chefias – e até colegas de trabalho – têm dado a servidores de órgãos, em especial aqueles de execução, com redução de carga horária ou teletrabalho exclusivo. Por vezes, antes mesmo da chegada ao órgão.

Normalmente, as hipóteses de condições especiais de trabalho concedidas mexem com a rotina de funcionamento do órgão, em especial na divisão do trabalho e nas escalas de teletrabalho. Porém, a própria resolução oferece a solução, permitindo que a unidade do servidor obtenha reforço de mão de obra.

“Na atual conjuntura de escassez de servidores, era esperado vivermos essa dificuldade. Porém, a Administração deve fazer uso dos instrumentos de gestão para redimensionar a mão de obra, como designar servidores de outros órgãos, sem prejuízo da atribuição original”, afirma a vice-presidente, Juliana Vargas.

A dirigente alerta também que o direito do servidor não pode se tornar motivo de discriminação no ambiente de trabalho, caso isso aconteça, a prática deve ser denunciada.

“O que não pode é o gozo de um direito pelo servidor se tornar motivo de discriminação. Quando chega para a gente, orientamos denunciar, até como forma de enfrentamento à violência laboral”, declarou.

Com boa parte dos órgãos e acervo digitalizados, a adoção da hipótese de reforço da unidade por acumulação é de simples implementação promovendo a redistribuição de trabalho entre os colegas de setor. E, obviamente, defendemos também que essa designação para reforço precisa ser remunerada. A cobertura da escala presencial no órgão, por outro lado, requer solução mais complexa, que implica avaliação das chefias e do

CRAAI envolvido em busca de alternativas.

Cabe lembrar que a Administração do Ministério Público do Rio de Janeiro, diante da falta de servidores, deve empenhar esforços para agilizar a realização do concurso público, expirado desde maio de 2024. Isso significa dizer que há vagas em aberto numa instituição com extrema carência de mão de obra no momento, como é o caso do MPRJ.

Essa alteração temporária na rotina do órgão, por concessão das condições especiais, é o que permitirá, por exemplo, que um(a) servidor(a) acompanhe o tratamento de seu filho com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O que também é muito comum na sociedade, situações em que o servidor é responsável por um filho com doença grave e tenha o benefício de cuidar desse dependente ou até mesmo de si. Situações em que nenhum de nós está imune, necessitando recorrer ao exercício do mesmo direito. Portanto, a empatia deve prevalecer sobre qualquer forma de preconceito.



Giro Estadual

SEM PAZ! PEC 66/2023 VIRA NOVO RISCO À PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Mais uma ameaça sob os moldes da Reforma Previdenciária

O que era uma PEC relacionada ao parcelamento de dívidas previdenciárias dos municípios e precatórios se transformou em risco aos direitos previdenciários em tramitação no Congresso. A PEC nº 66/2023, proposta que acabou desviando do seu curso natural e recebeu um substitutivo do senador Carlos Portinho (PL-RJ) com um único artigo, virou uma nova proposta de reforma previdenciária de cima para baixo para estados e municípios.

Uma das mudanças mais preocupantes é a exigência de que, após 18 meses da promulgação, os estados e municípios passem a adotar automaticamente as mesmas regras previdenciárias aplicadas à União, caso não promovam reformas próprias mais rigorosas.

Para os servidores do RJ a nova investida, se aprovada, resultará em grande prejuízo. Por exemplo, na reforma estadual, foi mantido o cálculo do benefício pela média das maiores remunerações correspondentes a 80% de todo o período contributivo, enquanto a EC 103/2019 mudou para 100%, o que, ao final, dilui o valor do provento/pensão.

Também há uma piora em uma das regras de transição, cuja reforma estadual exigiu apenas 20% do tempo que faltava para acessar a aposentadoria, enquanto a regra da União exige 100% do tempo para acessar a mesma regra.

A falta de transparência no processo de alteração da proposta levanta sérias preocupações.

“ Alterações significativas em legislações que afetam direitos fundamentais deveriam ser amplamente debatidas e divulgadas.

A PEC 66 foi ajustada na surdina, dificultando o acesso à informação e a participação ativa dos servidores nas discussões que definem seu próprio futuro.

Frente a essa ameaça, as entidades sindicais em todo o Brasil estão se mobilizando para barrar a aprovação definitiva da PEC, que agora tramita na Câmara dos Deputados. A Assemperj e o Sindsemp-RJ estão nessa

luta e assinaram a Nota Pública à nação brasileira contra PEC 66/2023, que acaba com a autonomia do Regime de Previdência dos estados e municípios.

A expectativa é de que a PEC fique de lado por enquanto, devido ao processo eleitoral. O tema é reconhecidamente impopular entre as bases dos deputados. É uma oportunidade para as entidades sindicais e associativas. Vamos à luta!

SICOOB CARD BLACK MERIT



PARA QUEM GOSTA MUITO DE BENEFÍCIOS

- ACESSO ILIMITADO NO BRASIL E NO MUNDO ÀS SALAS VIP PARA TITULAR E CONVIDADOS
- FAST PASS NOS AEROPORTOS
- ACUMULE MUITO MAIS PONTOS
- ANUIDADE "COMPROU, ZEROU"

<https://surpreenda.naotempreco.com.br>



SICOOB CARD black merit

Marcos F Santos Vale



Assédio Não

1 ANO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL DO MP: AVANÇAR É PRECISO!

Servidores de todos os estados aderiram à campanha pela efetiva implementação

No dia 3 de junho de 2024 completou-se um ano desde a publicação pelo CNMP da Resolução nº 265/23, que criou a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público. Uma política institucional extremamente necessária aos servidores e servidoras dos MPs estaduais diante dos resultados da pesquisa realizada pelo CNMP que visualizou o adoecimento mental no MP brasileiro. De acordo com o levantamento de dados preliminares da FENAMP (Federação dos Servidores dos MPs), poucos estados haviam implementado as ações necessárias para o cumprimento da resolução.

A política contida na resolução tem caráter transversal e prevê o combate ao assédio moral e sexual e à discriminação de integrantes do Ministério Público no exercício direto ou indireto de suas funções, que deve abranger ações como: implantação de mecanismos de escuta especializada e acolhimento de membros e servidores (art. 10); criação das Comissões de Prevenção à Situações de Risco à Saúde Mental com reuniões mensais; aprovação de regimento interno para funcionamento das Comissões; além da adequação dos cursos de vitaliciamento para contemplar temas de promoção e prevenção em saúde mental.

Diante desse cenário de tímidos avanços, uma ação foi proposta para dar visibilidade

de à necessidade de avançar nesta temática.

“ No dia 3 de junho ocorreu o Dia de Mobilização Nacional por políticas de saúde mental nos MPs brasileiros. Em vários estados, os servidores e servidoras vestiram preto ou amarelo e tiraram fotos com cartazes para mostrar seu apoio à implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental. A adesão foi significativa, inclusive no Rio de Janeiro.

“O MPRJ tem apresentado algumas iniciativas isoladas voltadas para o tema: palestras, cartazes informativos e oficinas. Embora sejam iniciativas positivas, faz-se necessário o pleno funcionamento de um dos principais instrumentos dessa política: a Comissão de Preven-

ção a Situações de Risco à Saúde Mental, responsável por estabelecer protocolos de atendimento e escuta qualificada dos servidores que estejam adoecidos. Precisamos avançar na implementação de uma política de atenção à saúde mental de cunho institucional no MPRJ”, afirmou a vice-presidente da Assemperj | Sindsemp-RJ, Juliana Vargas.

Para além disso, a normativa do CNMP estabelece

a criação de uma estrutura administrativa (que não se confunde com perícia médica) multidisciplinar e multiprofissional composta por médico, psicólogo e assistente social para fazer o acolhimento e escuta adequada desses servidores. Tais iniciativas poderão a médio e longo prazo reduzir os índices de adoecimento e afastamento do trabalho, o que trará efeitos positivos tanto para os servidores quanto para a instituição.

Servidores participam do Dia de Mobilização Nacional em frente ao MPRJ



Especial



Crédito: Acervo Assemperj

O DESALENTO DE UM TRABALHO SEM FIM

Campanha denuncia sobrecarga de servidores da investigação penal do MPRJ

Sobrecarga, desvalorização, angústia. Esses são os sentimentos mais relatados por quem atua na atribuição de investigação penal do MPRJ. Num Estado

extremamente violento e com um déficit imenso de pessoal e estrutura nos órgãos da polícia judiciária, o MP acaba atuando em parte como extensão da polícia, em parte como titular da ação penal, o

um secretário e um assessor na maioria dos órgãos, enquanto em outras atribuições menos sobrecarregadas há no mínimo dois secretários. Com o incremento da força de trabalho de assessoramento em

que vem gerando uma sobrecarga absurda de trabalho. Nas palavras de quem trabalha na atribuição, o dia-a-dia é trabalhar para apagar incêndios diários.

Do nosso lado, porém, são muitos os problemas. Um deles é a falta crônica de pessoal. Ainda hoje a regra é de apenas

alguns órgãos da capital, o gabinete passou a ter mais saídas e criou-se um problema para a secretaria, que teve que dar conta de absorver o trabalho com o mesmo quantitativo de servidores.

No assessoramento o quadro não é muito melhor. A regra de dois assessores na capital, ainda não chegou aos NIPs da região metropolitana, onde alguns índices de criminalidade são piores do que a capital. E mesmo onde há dois assessores, ainda há relatos de sobrecarga dos colegas, que passaram a exercer o papel de revisor de minutas de um estagiário e um residente.

Ainda em relação à força de trabalho, há constante necessidade de acumulação de

Especial

órgãos em virtude da ausência de substituição e auxílio durante férias e afastamentos de secretários e assessores, uma vez que alguns Núcleos de Investigação Penal (NIPs) e Centros Regionais de Apoio Administrativo-Institucional (CRAAIs) não disponibilizam. No caso de órgãos com dois assessores, não há nem a possibilidade de solicitar.

Não obstante a jornada de 40h semanais, inclusive para assessoramento, é normal encontrar quem trabalhe mais de 8h/dia na atribuição e leve trabalho pro final de semana para dar conta.

“O adoecimento por esgotamento profissional tem se tornado rotina, o que acaba por gerar um ciclo vicioso onde quem fica para substituir o colega que adoeceu, adoeca também.

A promessa de solucionar ineficiências com o uso da tecnologia acabou não se concretizando e a grande quantidade de sistemas que precisa ser operada por quem trabalha na atribuição virou dor de cabeça. É certo que o Integra Policial reduziu ou eliminou certas rotinas mecânicas exigidas para tramitação e processamento de inquéritos policiais físicos, tais como conferência e recebimento de guias, protocolo, alimentação e movimentos manuais no MGP, o que gerou eficiência e celeridade na tramitação dos Inquéritos Policiais.

Mas as novas obrigações surgidas com a virtualização sobrepõem as vantagens.

Entre as atribuições decorrentes da digitalização, está a distribuição de denúncias, arquivamentos, medidas cautelares e demais pedidos ao juízo, que, até então, cabiam aos servidores do Poder Judiciário. Ou seja, o que antes era uma simples remessa ao cartório distribuidor, transformou-se em nova rotina administrativa que compreende em digitalizar ou baixar peças, organizar todo o IP - atentando-se a todo tipo de detalhe - e fazer cadastro das informações da peça, do inquérito policial e demais assuntos, para então efetivamente distribuir.

“Os relatos são de que esse fluxo de trabalho era para ser algo simples, mas uma série de problemas relacionados à falta de pessoal e principalmente aos sistemas ineficientes da Polícia e do MPRJ acabam tornando uma tarefa como distribuição de uma denúncia ou de arquivamento numa *via-crúcis* que pode durar até 40 minutos. Como o número de feitos é volumoso, a celeridade nas saídas é crucial para o

funcionamento do órgão. Com as condições atuais, é impossível o cumprimento dos prazos definidos para a secretaria”, alerta Uelinton Gomes, diretor adjunto da Assemperj | Sindsemp-RJ, que trabalha com a atribuição.

Não bastasse os problemas estruturais, aos poucos os órgãos foram absorvendo novas tarefas. É o caso do Acordo de Não-Persecução Penal (ANPP), inovação trazida pela Lei Federal nº 13.964/2024, e que ficou a cargo do MP sua propositura. Mais recentemente, a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) foi definido que cabe ao Ministério Público fazer notificação do juízo, em caso de instauração de Procedimentos de Investigação Criminal (PICs), e a notificação do suposto autor do fato, da vítima e da autoridade policial, quando o membro promover o arquivamento do inquérito policial.

Ao regulamentar a matéria, a Res. GPGJ nº 2.573/24 previu que o PGJ poderá estruturar os NIPs ou CRAAIs com equipe de apoio para a notificação de arquivamento, porém na maioria dos órgãos nem sinal dessa ajuda, restando a cada órgão adotar uma forma de acomodar a nova tarefa dentro da equipe. Ou seja: mais sobrecarga de trabalho!

O trabalho na investigação passou a ser indesejado pelos servidores da Secretaria e do gabinete. Não há interesse de servidores, por exemplo, em permutar ou se remover para esta atribuição. Tudo isso contrastando com uma atribuição que é a vitrine da instituição, onde o MP se fez notabilizar perante a sociedade. É preciso mudança e, por isso, estamos iniciando a campanha **SOS Investigação Penal**.

No último dia 26 de agosto, uma reunião virtual juntou servidores da atribuição para traçar diretrizes de atuação da campanha. Também foi formado um grupo que está trabalhando no levantamento dos dados e principais soluções de curto e médio prazo, a ser apresentado em um documento à Administração Superior.

“Algumas demandas são evidentes, como a necessidade de aperfeiçoar e integrar melhor os sistemas existentes, priorizando o desenvolvimento que atenda a atribuição. O incremento da força de trabalho também é fundamental, o mínimo de dois secretários e dois assessores precisa ser a regra em todo o Ministério Público do Rio de Janeiro. Por fim, e não menos importante, a gratificação do trabalho na investigação penal, gerando atratividade, pois o trabalho é reconhecidamente volumoso e precisa de uma compensação para ser valorizado. Já viemos tratando dessas questões com o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luciano Mattos, agora vamos intensificar a partir da campanha e esperamos ter avanços como ocorreu na atribuição eleitoral esse ano,” afirma Vinicius Zanata, presidente da Assemperj | Sindsemp-RJ.



Crédito: Acervo Assemperj



Conquistamos

CONTAGEM DO TEMPO DE LICENÇAS GESTANTE E PATERNIDADE COMO EFETIVO EXERCÍCIO DURANTE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Um avanço na garantia da igualdade de gênero no serviço público e na proteção à maternidade

Recentemente, em 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 202 que versa sobre a contagem de tempo de efetivo exercício, para fins de Avaliação Especial de Desempenho do estágio probatório, nos casos de licenças, gestante, maternidade e paternidade, mesmo no caso de adoção ou perda gestacional.

Tal dispositivo legal veio corrigir uma discriminação que o exercício do direito de algumas licenças, especialmente a maternidade, vinha ocorrendo em relação às servidoras, na medida em que o período de licença era descontado do estágio e este se prorrogava, fazendo com que as servidoras demorassem um tempo maior para alcançar sua estabilidade.

Por intermédio de pedido via Lei de Acesso à Informação, a Assemperj | Sindsemper-RJ questionou a aplicabilidade da legislação no âmbito do MPRJ, sendo informado na ocasião pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) que o período de estágio probatório era considerado efetivo exercício do “tempo real de exercício das funções”.

Diante da equivocada interpretação por parte da Administração, a entidade ingressou com requerimento administrativo para que se efetivasse a imediata aplicação da legislação em vigor.

“Após reunião com a Assessoria Jurídica, nosso pleito foi acatado, sendo o MPRJ um dos primeiros órgãos públicos do Estado a reconhecer o direito.

O cumprimento de tal legislação vem ao encontro de entendimento que já vem sendo aplicado pelo Executivo Federal desde 2016, no qual se firmou a interpretação de que licença à gestante, a(o) adotante e à paternidade não podem ser causa de suspensão do estágio probatório por se tratarem de direitos fundamentais assegurados pela Constituição e a legislação infraconstitucional deve ser interpretada de modo a garantir a máxima efetividade ao exercício de tais direitos. Depois, o próprio STF validou a lei neste sentido e mais recentemente o CNMP editou resolução de igual teor.

A licença com maior duração é a maternidade, que em regra é concedida às servidoras mulheres, que por questões biológicas ficam maior tempo afastadas para garantir o cuidado e a amamentação

do(a) seu dependente. Nesse caso, elas eram as maiores prejudicadas, uma vez que o estágio probatório era suspenso pelo período de afastamento, adiando a aquisição de sua estabilidade. É inegável que tal entendimento gerava um tratamento discriminatório em razão do gênero.

A aplicabilidade dessa nova compreensão por parte da Administração do MPRJ reflete um avanço na garantia da igualdade de gênero no serviço público, proteção à maternidade, dignidade da

mulher e planejamento familiar, reconhecidos como princípios constitucionais em recentes julgados do STF. Nesse sentido, o novo entendimento institucional implica no cumprimento das normas constitucionais e até mesmo tratados de direitos humanos que visam garantir a não discriminação às mulheres, bem com a proteção, garantia e efetivação do direito fundamental à licença maternidade, como expressão da dignidade da mulher, da proteção da família, da criança e da efetiva igualdade de gênero.



Giro Institucional

CONTRATAÇÕES PROMETEM ACABAR COM OS ENTRAVES NO TRABALHO NO PRESENCIAL

Lentidão e falhas de conexão com a internet são problemas corriqueiros no MPRJ

Quem nunca passou raiva para trabalhar nos computadores do MPRJ? Lentidão dos PCs, indisponibilidade de telefones e queda de internet são as principais reclamações dos servidores nos dias de trabalho presencial. A boa notícia é que seus problemas serão resolvidos - ou, ao menos mitigados - muito em breve com a contratação de soluções de *hardware* e *software*, a partir de proposta da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC/MPRJ).

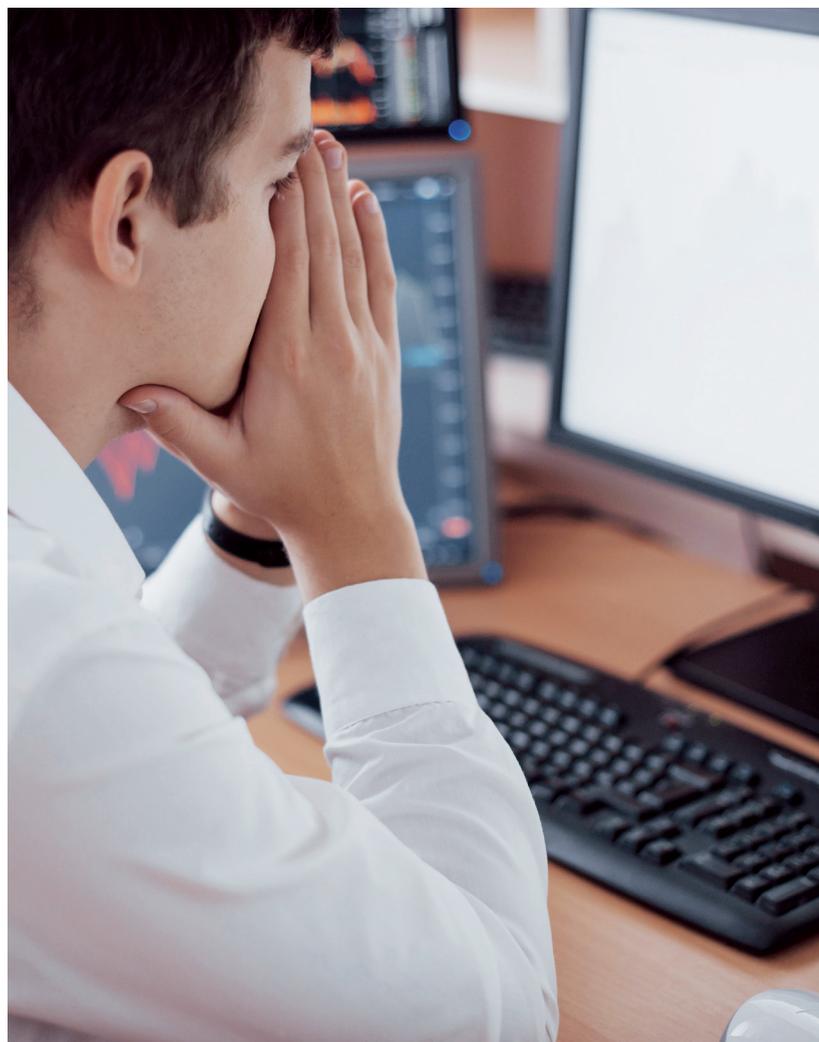
Em relação às quedas de conexão com a internet, a proposta exigiu dedicação da equipe para buscar a melhor solução. Talvez muitos não saibam, mas todas requisições de acesso a sistemas ou páginas virtuais a partir do MP são primeiramente direcionados à sede, na capital, onde esses dados são recebidos e controlados por máquinas (servidores) antes de serem liberados à rede mundial de computadores.

Isso ocorre por uma questão de segurança institucional e controle do fluxo, e exige plena integridade da rede

física que interliga a comarca à capital. Se ocorrer qualquer dano à rede nesse trajeto, a comarca fica sem acesso. Em tempos de emergências climáticas e o valor do cobre em alta, as quedas de árvores e os furtos do metal explicam boa parte das interrupções.

Como resposta, foi apresentada uma proposta de utilização da tecnologia SD-WAN, que tem uma topologia de dupla abordagem: mantém a ligação dedicada com a capital mas, na hipótese de indisponibilidade desta, uma solução gerenciada por software habilita uma conexão que funciona como plano B, por meio de uma espécie de “nuvem privada” provida pela operadora Claro, ganhadora do pregão eletrônico. Assim, é mantida a conexão e, principalmente, as configurações de segurança da rede, até que a indisponibilidade se resolva.

A lentidão das máquinas disponíveis atualmente aos servidores também é alvo frequente. Um problema antigo e que causa grande irritação dos colegas que, por vezes, esperam mais de 10 minutos apenas pela inicialização comple-



ta do sistema operacional ou a impossibilidade de executar o aplicativo institucional *Microsoft Teams*.

-Geral no primeiro semestre. A instituição cobrou um aumento de trabalho presencial a partir deste ano, mas tam-

“Após o pregão para compra de discos rígidos com tecnologia de ponta, realizado em meados de junho/2024, a instalação dos novos é esperada para os próximos meses e vai acabar com a longa espera pela execução das aplicações e sistemas essenciais no dia a dia.

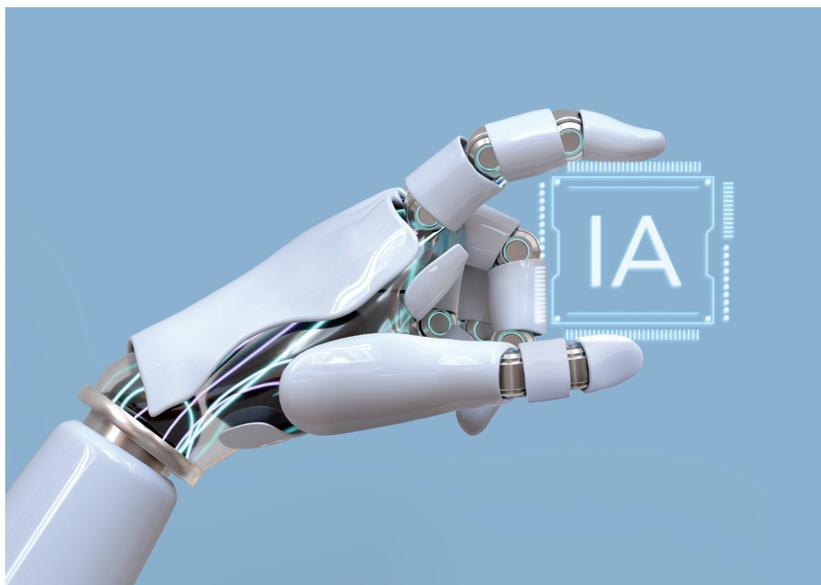
A Assemperj | Sindsemp-RJ como entidade representativa dos servidores levou o caso para a mesa de negociação com a Administração. “As reclamações foram tão recorrentes que foi preciso levar a demanda em algumas reuniões com o Secretário-

bém precisa oferecer uma infraestrutura de trabalho em boas condições aos servidores. A expectativa é que as contratações resolvam esses problemas e essa página seja virada”, afirma Vinícius Zanata, presidente da Assemperj | Sindsemp-RJ.

Opinião

POR QUE A CORRIDA PELA I.A. NOS LEVA PARA O MAIOR CONFLITO DO MUNDO?

Por Eduardo Perin



O mundialmente famoso físico Stephen Hawking disse há 10 anos que a Inteligência Artificial (IA) será a mais extraordinária - mas também a última - invenção da humanidade. Provavelmente ele se referia aos riscos de se atingir o último grau de desenvolvimento dessa tecnologia, a chamada “singularidade” ou “inteligência artificial geral”. Uma espécie de “programa super inteligente dotado de consciência”. O qual teria todos os recursos necessários para se voltar contra seus criadores e extinguir a humanidade.

Não se sabe se essa tecnologia alcançará este nível de aprimoramento, tampouco se haverá de se insurgir contra os seres humanos.

Contudo, sabemos que é, atualmente, assustador o ritmo de evolução e aprendizado da IA. Especialistas, com efeito, afirmam que seu aprimoramento apresenta um ritmo exponencial, dobrando de

capacidade a cada seis meses aproximadamente.

Para suportar, eficazmente, tamanho volume de processamento de dados, não bastam softwares muito poderosos, mas necessita-se sobremaneira de hardwares cada vez mais modernos. É justamente nesse contexto que surge a extrema importância geopolítica dos semicondutores (como silício e germânio). A principal matéria-prima para fabricação dos microchips mais modernos do mundo. Dispositivos que têm mais de 90% da sua produção mundial concentrada na ilha de Taiwan, notadamente pela empresa Taiwan Semiconductor Manufacturing Company - TSMC.

As relações já conflituosas entre as duas maiores potências econômicas do mundo (EUA e China) entram em xeque no que diz respeito à Taiwan. A ilha é considerada parte de seu território pelos chineses e, segundo Xi Jinping, será reincorporada à soberania chinesa em breve - ainda que

contra a vontade dos taiwaneses. Já os norte-americanos se comprometeram por tratado a defender Taiwan de qualquer ataque de outra nação.

Nenhuma das duas superpotências pode arriscar desacelerar seus investimentos em pesquisas de IA, sob pena de perder a disputa hegemônica da liderança global. Sendo o constante suprimento de ultramodernos semicondutores, para a fabricação de microchips com alta capacidade de processamento, parte vital desse projeto.

Embora os Estados Unidos invistam pesadamente no aprimoramento de seus produtores domésticos, sua dependência de semicondutores taiwaneses é decerto uma vulnerabilidade estratégica difícil de se solucionar no curto pra-

zo. Ou seja, mais do que por um dever pactuado em tratado, os norte-americanos precisam defender Taiwan, pelo menos por ora, para garantir o fluxo constante da sua cadeia de insumos.

Enquanto isso, Taiwan se protege da China com seu afa- mado “escudo de silício”. E o mundo inteiro torce para que os EUA e a China não precisem se enfrentar por esse motivo - ao menos, até que os norte- americanos conquistem sua autossuficiência na produção de semicondutores.

(*) Eduardo Perin é Bacharel em Direito (UCAM), Pós-graduando em Direito Digital e LGPD (PUCRS) e Servidor Público (MPRJ). O artigo foi publicado em seu blog Geopolítica Raiz no dia 4 de agosto de 2024.

Eduardo Perin
Servidor público do MPRJ



Eleição Assemperj e Sindsemp-RJ

ELEIÇÃO DEFINE GESTÃO PARA O TRIÊNIO 2025/2027

A Chapa Sedimentando o futuro foi eleita com participação expressiva dos servidores

Na primeira eleição realizada totalmente virtual da história da Assemperj e do Sindsemp-RJ, os associados e filiados referendaram a chapa Sedimentando o Futuro, única inscrita ao pleito, com 94,1% dos votos válidos para o próximo triênio.

A participação foi ampla, com 561 associados votantes no pleito da Assemperj e 327 filiados votando no pleito do Sindsemp-RJ, um salto expressivo em relação ao público votante na última eleição, realizada em 2021.

Composta por Vinicius Zanata (presidente), Juliana Vargas (vice-presidente) e Uelinton Gomes (diretor-geral), a nova Diretoria Executiva assume em 1º de janeiro de 2025, contando com o apoio de uma renovada Diretoria Adjunta. O Conselho Fiscal, por sua vez, será composto pelos servidores Flávio Sueth, Marina Sodré e Mariana Varejão, ficando a presidência com o primeiro.

“Apesar de ter sido uma eleição de chapa única, fizemos questão de fazer campanha e rodar as regionais para apresentar nosso programa, incorporando propostas em diálogo com os colegas. O resultado veio nas urnas, com aumento da participação”, afirma Vinicius Zanata.

O presidente reconduzido ao cargo também agradeceu em nome da chapa a participação e confiança dos servidores do MPRJ no trabalho já desenvolvido e expressou seu desejo de entregar muitas conquistas no próximo triênio.

A novidade de grande sucesso nessas eleições foi a contratação do sistema de votação eletrônico Eleja Online, que garantiu uma participação mais cômoda, intuitiva e segura aos votantes, servidores efetivos ativos e aposentados,

VOTOS	ASSEMPERJ	SINDSEMP-RJ
Chapa Sedimentando o Futuro	529	297
Branco	31	30
Conselheiros		
Flávio Sueth (presidente)	322	179
Marina Sodré	79	50
Mariana Varejão	60	43
Branco	40	18

que receberam o link de votação por e-mail e SMS. A Comissão Eleitoral acompanhou o processo e, após a divulgação do resultado, encerrou os trabalhos sem registro de intercorrências.



Diretoria eleita para o triênio 2025-2027



Confira o balanço da última gestão à frente da Assemperj e do Sindsemp-RJ

Servidor em foco

SERVIDORA DO MPRJ REPRESENTARÁ O BRASIL NO MUNDIAL DE CANOAGEM

O esporte virou uma paixão que rendeu uma família nova para Joyce

Em meados de outubro, a associada Joyce de Castro Nunes Torres Portugal, de 35 anos, participará do Mundial de Canoagem Oceânica, na Ilha da Madeira, em Portugal. O campeonato já foi realizado cerca de sete vezes desde 2013 em vários lugares do mundo.



Joyce Portugal
Atleta e servidora do MPRJ

Crédito: Joyce Portugal

A colega é técnica administrativa, lotada na 2ª Promotória de Justiça de Tutela Coletiva de Angra dos Reis, e está no MPRJ desde outubro de 2018. Começou a remar por indicação de um estagiário em agosto de 2021, no projeto “Vamos Remar”, uma parceria entre a Prefeitura e a ACOAR, que oferece aulas gratuitas de canoagem oceânica.

Ela lembra que o período de isolamento a levou a buscar uma atividade física ao ar livre e, em companhia de uma colega de trabalho. Foram explorando cada vez mais a região, ao ponto de conhecerem ilhas às quais os turistas acessam de *táxi boat*. Ao final do curso, por intermédio do professor Paulo Moté, que já foi dez vezes campeão brasileiro, prestou

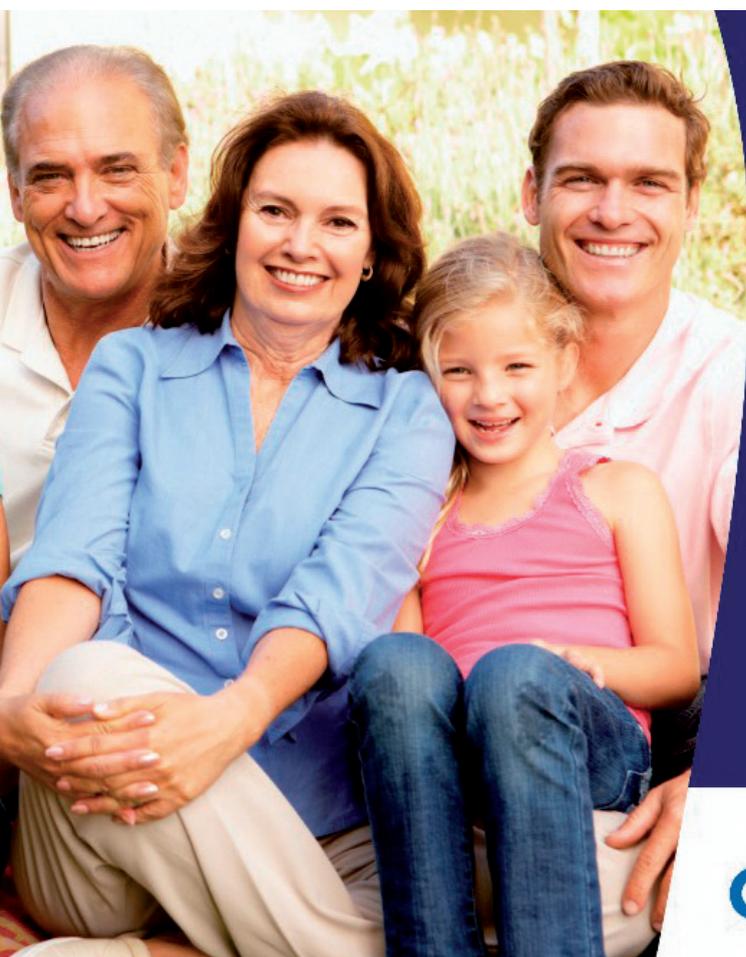
apoio a um atleta na competição de uma travessia a nado de 13km na região.

“Ao término das aulas, escolhi me associar à ACOAR e, desde então, participei de competições no Rio de Janeiro e em Ilhabela (SP). O mundial de canoagem será uma experiência única e se, por um lado, sinto medo pelas condi-

ções de mar serem mais desafiadoras, pela dimensão do evento e por todas as etapas envolvidas até lá, por outro, me recordo que já sobrevivi a rajadas de vento de 30 km/h”, afirma Joyce.

Segundo ela, remar lhe proporcionou ver golfinhos e sentir a liberdade e vulnerabilidade de estar em meio à imensidão do mar, além de conhecer pessoas incríveis. Graças ao esporte conheceu seu namorado em uma atividade no Rio e adotou uma gatinha filhote. Desde o ano passado ela faz parte da Diretoria da ACOAR como secretária, a convite do atual presidente.

“Por conta da canoagem em parceria com a minha amiga de trabalho, comecei a nadar e participo de competições como sprinter. Espero completar a prova em boas condições, conhecer atletas de diversos países e futuramente remar em novas águas. Me sinto imensamente contente e privilegiada por ter esta oportunidade e espero carregar o esporte comigo por toda a vida”, destacou a remadora.



PLANOS COM MENOR CUSTO DO MERCADO PARA OS ASSOCIADOS DA ASSEMPERJ

A PARTIR DE:

R\$ 284,28

PLANO AMIL 400 QC / 0 A 18 ANOS

INFORMAÇÕES
KELLY CANCIO
21 99769-0811